



Câmara dos Deputados abre consulta pública sobre PEC 32/20

Arthur Lira, reeleito deputado federal por Alagoas, atual presidente da Câmara dos Deputados e articulador central do chamado 'Orçamento Secreto' - denunciado por Simone Tebet como podendo ser o maior esquema de corrupção do planeta - demonstra ter pressa para seguir com o projeto de destruição dos serviços públicos brasileiros. Lira quer colocar a toque de caixa em votação a famigerada PEC 32/20, da reforma Administrativa de Bolsonaro-Guedes.

Na prática, a proposta acaba com concursos, facilita contratação de cargos eleitorais de políticos e demissão de trabalhadores de acordo com a vontade de quem está no poder.

Essa falsa reforma Admi-

nistrativa não ataca somente servidores, ela acaba com os direitos da população, além de abrir portas para a corrupção. Aprovar a PEC 32 é andar na contramão!

Se aprovada essa proposta, os únicos beneficiários serão políticos corruptos e segmentos da iniciativa privada que vão lucrar com a privatização de tudo que é público, enquanto a população é deixada de lado. Você pode ajudar a por fim à essa PEC da destruição. Essa luta também é sua!

A Câmara dos Deputados abriu consulta pública para que a população se manifeste sobre a Reforma Administrativa PEC 32. Vamos participar e demonstrar que a maioria dos brasileiros é CONTRA o desmonte dos serviços públicos.

Até o momento 92% das pessoas apontam discordar totalmente da proposta de destruição dos serviços públicos enquanto 6% discordam na maior parte. Isso coloca 98% dos participantes da enquete contrários à proposta de reforma Administrativa de Bolsonaro-Guedes.

O Brasil não aguenta mais destruição e retrocesso. Isso tem que acabar!

NÃO À PEC 32

#CancelaAReforma
#sosservicospublicos
#NãoàPEC32

Link para votação:
forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2262083

Fonte: Condsef



PF faz 4ª operação para prender suspeitos de integrar quadrilha do orçamento secreto

Nesta sexta-feira (14), Operação Quebra Ossos investiga desvio de R\$ 69 milhões do SUS no Maranhão

[Matéria completa em cut.org.br/noticias](https://cut.org.br/noticias)



Má-gestão do governo provoca filas imensas e atualização do CadÚnico é prorrogada

A má-gestão do governo de Jair Bolsonaro (PL), que não se preparou para atender os milhares de brasileiros e brasileiras que estão na miséria, provocou filas imensas de pessoas, que dormiram até nas ruas, em frente aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) dos municípios do interior e nas capitais, para tentar atualizar os dados no Cadastro Único (CadÚnico). Pelo menos 263 mil pessoas não conseguiram atualizar os dados no CadÚnico no prazo, que terminaria nesta sexta-feira (14) e corriam o risco de perder benefícios como o Auxílio Emergencial, Auxílio Brasil, Benefício de Prestação Continuada (BPC), a Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), entre outros concedidos às famílias de baixa renda.

A fila da miséria, que expôs milhares de brasileiros ao sufoco e a humilhação, obrigou o Ministério da Cidadania, pasta responsável pelo cadastro, a prorrogar o prazo final por mais 30 dias. No entanto, quem está na fila não recebeu essa informação e permanece esperando uma senha e o agendamento. Há locais em que o número de senhas é muito menor do que a fila, obrigando

pessoas a permanecerem no local até por mais de 52 horas, segundo o portal G1.

As famílias são obrigadas a atualizar seus cadastros a cada dois anos ou toda vez que um membro da família morre, nasce ou há separação, casamento e mudança de endereço.

Neste ano, apenas as famílias com cadastros que foram atualizados pela última vez em 2016 ou 2017 foram convocadas para atualizar os dados no Cadastro Único. As famílias que atualizaram dados pela última vez em 2018 ou 2019 serão convocadas nos próximos anos.

Documentos necessários e onde atualizar o CadÚnico

O beneficiário pode ir a um Cras ou posto do Cadastro Único para atualizar seus dados. Mas, os governos federal ou municipal também podem convocar as famílias, por meio de cartas, extratos ou telefonemas, a fazer a atualização.

O Responsável Familiar (RF) precisa levar os seguintes documentos o CPF, de preferência, ou Título de Eleitor. Somente as famílias indígenas e quilombolas são dispensadas dessa obrigatoriedade e podem apresentar qualquer outro documento.

Para as demais pessoas da família: o RF deve apresentar pelo menos um desses dos documentos para cada componente familiar: CPF, de preferência; ou Certidão de Nascimento; ou Certidão de Casamento; ou Certidão Administrativa de Nascimento do Indígena (RANI) – para indígenas que possuem apenas esse documento; ou Carteira de Identidade – Registro Geral de Identificação (RG); Carteira de Trabalho e Previdência Social; ou Título de Eleitor.

Uso de aplicativos

O usuário poderá verificar se seus dados cadastrais estão atualizados ou não pelo aplicativo do Cadastro Único ou na web através do endereço cadunico.cidadania.gov.br. Para atualização é necessário estar logado no Gov.BR. Dentro do aplicativo ou na versão web é exibida a opção de Atualização Cadastral por Confirmação.

O aplicativo pode ser baixado por meio das lojas de aplicativos Apple Store e Play Store ou acessado na sua versão web através do endereço cadunico.cidadania.gov.br.

Fonte: CUT

COAÇÃO ELEITORAL

É CRIME!

